

MULHERES QUILOMBOLAS DA AMAZÔNIA E AÇÃO POLÍTICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

*Daylan Maykiele Denes¹
Jaume Ferran Aran Cebriá²*

RESUMO

Este trabalho analisa a ação política/organização coletiva de mulheres quilombolas da região amazônica, na luta pelo reconhecimento de seus territórios e modos de vida tradicionais. Como procedimento metodológico utilizou-se da análise de conteúdo de Bardin para a análise da literatura encontrada. Como resultado observou-se que as mulheres quilombolas da região amazônica desempenham diversos papéis fundamentais para a comunidade quilombola, e principalmente, desempenham papéis de protagonismo na luta pelos direitos e reconhecimento quilombola, organizando-se coletivamente em associações, coletivos e outros espaços comuns.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres quilombolas. Amazônia. Análise de conteúdo.

QUILOMBOLA WOMEN OF THE AMAZON AND POLITICAL ACTION: A LITERATURE REVIEW

ABSTRACT

This work analyzes the political action/collective organization of quilombola women in the Amazon region, in the struggle for the recognition of their territories and traditional ways of life. As a methodological procedure, Bardin's content analysis was used to analyze the literature found. As a result, it was observed that quilombola women in the Amazon region play several fundamental roles for the quilombola community, and mainly, play leading roles in the struggle for quilombola rights and recognition, organizing themselves collectively in associations, collectives and other common spaces.

KEYWORDS: Quilombola women. Amazon. Content analysis.

¹ Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário - UNIFACIMED, dayland44@gmail.com.

² Bacharel em Psicologia pela UFGD. Mestre em Psicologia pela UFSCar, sr.jaume.aran@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Os quilombos podem ser concebidos como organizações de comunidades negras que guardam tradições e história específicas e que buscam a garantia da terra e de seus direitos básicos frente ao Estado (FERNANDES; GALINDO; VALENCIA, 2020). Para Fernandes, Galindo e Valencia (2020) os quilombolas são afetados por processos de dominação e opressão que perpassam a economia política, os processos psicossociais, o não reconhecimento, a negação de direitos mais básicos, o acesso aos meios de reprodução da própria vida (a terra) e suas visões de mundo.

Fiabani (2012) mostra que a história das formações de quilombos está repleta de uma diversidade de repressões, inclusive citando estados como o de Minas Gerais onde, em 1769, a ordem dada seria a de “organizar a repressão aos quilombos de Cachoeira do Campo”. Na região norte a repressão dos quilombos também ocorreu, com diversas ordens de destruição direta de quilombos que se formavam devido às boas condições naturais do território amazônico. A resistência dessas comunidades é bem evidenciada por Moura (1993) quando salienta ser errôneo afirmar que o escravizado não passava de um sujeito passivo durante a história. O desenvolvimento de potência coletiva que tanto caracteriza a história de resistência dos povos oprimidos é determinante para que possamos entender como as organizações e os atos de resistência dinamizaram e dinamizam a história do Brasil.

Com relação às mulheres quilombolas, é importante salientar suas experiências singulares de opressão; são mulheres negras camponesas, cujas tradições, modo de vida e de lidar com a terra estão ligadas à questão étnico/racial, e ainda, são afetadas diretamente pelas questões de gênero e classe. Dessa forma, as mulheres quilombolas estão sujeitas aos mais diversos tipos de violência, que inclui a violência doméstica, o racismo institucional, a discriminação racial e a vulnerabilidade socioeconômica. (GROSSI; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018; FERNANDES; SANTOS, 2019). Como demonstra o estudo de Grossi, Oliveira e Oliveira (2018), apesar das opressões, organização política e resistência foram observadas, em que as mulheres quilombolas assumem papéis políticos e atuam ativamente para a reivindicação de seus direitos e da comunidade.

Tendo em vista que, historicamente as comunidades quilombolas se organizam em defesa dos direitos negados, é possível que novas formas de resistência se formem dentro dessas comunidades para que elas possam continuar existindo. Destarte, o presente estudo objetivou revisar na literatura nacional, estudos cujo enfoque seja as mulheres quilombolas da região amazônica, sua atuação política e formas de resistência, usando como método de exame a Análise de conteúdo de Bardin.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A experiência quilombola no Brasil

A experiência quilombola na história do Brasil sempre foi marcada pela resistência. É impossível entender a identidade e as lutas dos remanescentes de quilombo de todo país se não nos atermos a esse fato. Clóvis Moura pontua que ao contrário da ideia hegemônica, fortemente difundida, de que o escravizado era submisso ao sistema escravista, sendo libertado pela benevolência de representantes da coroa portuguesa, na verdade, o escravizado se organizou e resistiu de todas as formas possíveis. O quilombo é a expressão radical dessa resistência, uma tentativa de se criar outra forma de estrutura social dentro de um mundo escravista, uma outra forma de sociedade que salvaguardasse o povo negro da violência física e social do sistema que os oprimia (MOURA, 1988, 1993).

A estrutura social dos quilombos era variada, dependendo da região em que se formavam, mas também de seu tamanho. Economicamente os quilombos tinham de reproduzir parcialmente o modelo econômico da região em que se localizavam, especialmente com relação aos produtos, mas também havia a preocupação de diversificar ao máximo a agricultura, para poder prover as necessidades coletivas dos quilombolas, portanto, se tratava de uma economia e cultura comunitárias. Politicamente, geralmente, os quilombos organizavam governos, como no caso da República de Palmares, uma monarquia eletiva, e estratégias de defesa contra as frequentes invasões que sofriam (MOURA, 1993).

Como aponta Moura (1993), o fenômeno da quilombagem, como forma de resistência radical ao escravismo, esteve presente na dinâmica colonial como oposição radical a esse sistema, causando grandes prejuízos e temores a classe dominante senhorial, tendo como ápice a República de Palmares. Assim, devemos pensar a quilombagem como um movimento de rebelião permanente, organizado pelos próprios escravizados, de cunho emancipatório, que antecedeu o movimento liberal abolicionista dos últimos anos do escravismo (MOURA, 1992).

Souza (2008) pontua que a perspectiva identitária que estrutura as comunidades quilombolas como um povo, está tanto na noção de origem comum, quanto no entendimento que suas vidas têm destinos compartilhados por interesses comuns, que se centralizam na luta pelo território. Sobre esse ponto, a mesma autora explica que a identidade dos grupos remanescentes de quilombo se distingue do restante da sociedade necessariamente por sua relação intrínseca com a territorialidade. Assim, qualquer interpretação da realidade social desses grupos deve apreender este aspecto.

2.2. As comunidades quilombolas no contexto Amazônico

Segundo Silva e Rocha (2016) a história da Amazônia é marcada por memórias cristalizadas produzidas por viajantes, naturalistas e outros sujeitos externos a região, que por sua vez, oficializam a memória de que a região amazônica é, culturalmente, essencialmente indígena, dado o espetáculo cultural promovido na região, como por exemplo, o festival de Parintins. Dessa maneira, há então um apagamento da história e cultura negra da região. Ainda segundo os autores, o tema da escravidão na região amazônica é historicamente envolvido na discussão de que o número de escravos trazidos para essa região era muito menor, se comparado com outras regiões do país, e por isso seria "insignificante". Essa ideia auxiliou na invisibilização da presença negra na Amazônia durante a colonização e os processos sociais dos séculos XIX e XX (SILVA; ROCHA, 2016). Rodrigues, Rocha e Aguiar (2016) defendem que é preciso reconhecer a escravidão como um fato, que independe do número de pessoas negras subjugadas nesse sistema de pensamento classificatório e hierárquico, utilizado para sustentar a ideia de superioridade de brancos sobre negros.

Funes (2006) destaca a trajetória de muitos negros que, para fugir da escravidão, fugiram para a margem esquerda do rio Amazonas, onde criaram diversos quilombos no decorrer do século XIX, e que são a origem das diversas comunidades negras existentes hoje, às margens do mesmo rio. Moura (1993) observa que na Amazônia os quilombos, além de agrícolas, podiam ser extrativistas, que tinham como meio econômico o extrativismo de drogas do sertão, e também os mercantis, que adquiriam as drogas de comunidades indígenas.

Com relação às comunidades quilombolas de Rondônia, a chegada foi via rio Guaporé. Assim, os descendentes de escravos e quilombolas vindos de Vila Bela da Santíssima Trindade, antiga capital do Mato Grosso, ocuparam as margens e afluentes do rio. Foram nas regiões próximas ao rio Guaporé que se estabeleceram os primeiros quilombos (CRUZ, 2012). Assim como em outras comunidades quilombolas amazônicas, as comunidades do Guaporé em Rondônia, têm fortes influências indígenas, caboclas, ribeirinhas e bolivianas, o que vai determinar a particularidade cultural e social dessas comunidades (BATISTA; ROCHA, 2019).

2.3 Psicologia e a questão do racismo

O racismo, segundo Gonzalez e Hasenbalg (1981) é essencialmente a negação do negro enquanto ser humano, o que justifica a dominação destes e outros povos não brancos. Essa justificativa

variou ao longo do tempo, passando de concepções religiosas, da relação entre cristãos e pagãos, até o chamado racismo científico que se utilizou de pesquisas pretensamente "científicas" para validar a suposta inferioridade da pessoa negra. Almeida (2018) pontua que o racismo além de ser institucional é estrutural, uma vez que se as instituições reproduzem racismo, é um indicativo de toda uma ordem social que estas visam manter. Dessa forma, as instituições e seu *modus operandi* racista é apenas um reflexo de um todo racista, de uma estrutura social que tem como base o racismo para se reproduzir. Assim, o racismo perpassa todas as áreas da vida social, cultural, política, econômica e assim por diante.

Lélia Gonzalez (1995) pontua que o racismo no Brasil se dá a partir de duas tendências ideológicas. Uma delas é o mito da democracia racial, cujo pensamento foi desenvolvido por Gilberto Freyre na década de 30, que defende que dentro da sociedade brasileira negros e brancos convivem em harmonia. O negro seria então um cidadão como qualquer outro, não sofrendo com o racismo e suas consequências. A segunda tendência, a ideologia do branqueamento, descrita por Gonzalez, diz respeito a tentativa do Estado de embranquecer a população brasileira e tornar o Brasil um país “civilizado”, para isso a imigração europeia foi fortemente encorajada e virou de fato política estatal entre 1890 até 1930. Esta ideologia do branqueamento não vingou em termos demográficos, mas conseguiu êxito na construção da ideia do Brasil como um país branco e europeizado na cultura. Para a autora, a ideologia do branqueamento em nível privado caracteriza o lugar e papéis do negro e negra dentro da estrutura social brasileira, tanto nos níveis conscientes e inconscientes e também criando os estereótipos, de que o negro e negra são exóticos, fisicamente fortes e sexuais/sensuais.

O racismo enquanto estruturante da sociedade atravessa as subjetividades. Em se tratando do sofrimento psíquico, para Passos (2020), o sofrimento individual é perpassado pelas questões sociais, tanto políticas, econômicas, culturais e étnico-raciais, portanto, reconhece-se o sofrimento em relação à sociabilidade. Corroborando com esse pensamento, para Schuman e Martins (2017), a psicologia deve pensar o racismo como “categoria social”, que constitui, hierarquiza, e marginaliza a população negra. Dessa forma, a psicologia social passa a pensar o racismo de forma psicossocial e não patologizante, ou seja, retirando do indivíduo discriminado a culpa e responsabilidade pela violência.

Lane (1989) aponta, que historicamente a psicologia reproduziu e reforçou a dualidade entre o meio e o indivíduo, individualizando-o como causa e efeito de sua subjetividade, ou seja, isolando-o da sociedade e suas determinações. Para Martín-Baró (2012), psicólogo e intelectual salvadorenho, o indivíduo não é visto apenas como um sujeito particular, mas também como um membro de um grupo e classe social, a partir dos quais sua corporeidade é formada, sem deixar também de ser uma pessoa

com uma dada subjetividade. Assim, o indivíduo é uma forma particularizada da realidade grupal, como os interesses do grupo se tornam voz e carne, de forma consciente ou não, na pessoa.

Nota-se que o racismo produz consequências psicossociais para a população negra e quilombola, um exemplo é o estudo de Costa e Scarcelli (2016), que faz uma discussão acerca das políticas públicas direcionadas à comunidade quilombola Maria Rosa, em São Paulo. Os autores apontam que mesmo após a titulação das terras, os quilombolas ainda se sentiam inseguros, temerosos de serem expropriados pelo governo. A roça, prática tradicional de ligação com a ancestralidade negra, foi proibida, por ser considerada crime ambiental, já que parte da terra estava inserida no Parque estadual. Assim, as marcas psicossociais deixadas pelo processo colonialista se somam com as formas de racismo atuais, em que o Estado é protagonista. Os autores destacam que, apesar das dificuldades e das inseguranças, a comunidade assumiu a luta política, reivindicando a terra quilombola que estava incorporada ao Parque Estadual.

Destarte, visto que o racismo, enquanto problemática estrutural Almeida (2018), tem consequências materiais para a saúde mental da população negra e quilombola, se mostra urgente que os psicólogos e psicólogas saiam da ideia da neutralidade, muito difundida no campo Psi, e passem a adotar uma postura crítica, que esteja comprometida com o que sofre o povo brasileiro. Nesse sentido, Martin-Baró (1997) aponta que o fazer do Psicólogo latino-americano deve estar comprometido com as causas das massas, ou seja, dos problemas materiais que enfrenta o povo, e para isso há de se fazer a crítica ao fazer tradicional e hegemônico, que historicamente distanciou-se das questões de ordem social, tratando o sofrimento psíquico como uma questão individual.

2.4 A experiência das mulheres quilombolas: opressão e resistência

Sampaio e Pacheco (2015) denunciam que poucos estudos sobre a questão quilombola no Brasil analisam a presença das mulheres, sua importância histórica, econômica e cultural, na organização política e social dessas comunidades. Essa invisibilidade, evidencia a negação do papel da mulher negra na história, com fundamentos evidentes no sistema patriarcal e racista de nosso país (Gonzalez, 1984). Corroborando com esse pensamento, Saffioti (1987) aponta que historicamente a ciência foi feita a partir do ponto de vista dos homens e somente com essa população. A autora aponta que esse modo de fazer ciência tem consequências negativas:

Uma delas é negativa para a própria ciência que, trabalhando apenas com informantes masculinos, deixa de lado informações preciosas passíveis de serem fornecidas por mulheres a partir de suas vivências. [...] ao não-registro da atuação das mulheres no fazer história. A necessidade de resgatar esta participação conduziu muitas mulheres a realizarem pesquisas sobre a contribuição feminina na produção material e simbólica de muitas sociedades. (SAFFIOTI, 1987, p 34).

Dentre as comunidades remanescentes de quilombo que são reconhecidas no Brasil, as mulheres exercem papéis fundamentais tanto no sustento da família, quanto na preservação e transmissão da história e cultura da comunidade. Essas mulheres tornam-se referências de valores e saberes e mantêm vivo o espírito da resistência quilombola (SAMPAIO; PACHECO, 2015). Grossi, Oliveira e Oliveira (2018) reforçam que, apesar desses papéis importantes, as mulheres quilombolas são fortemente afetadas pelo sexismo e o racismo em sua realidade. São comuns casos de violência doméstica a nível físico, psicológico, patrimonial e moral. Quanto ao racismo, são diversos os relatos de casos de preconceito racial, que geralmente se dão em espaços públicos como escolas, postos de saúde ou festas.

As mulheres quilombolas em seu cotidiano estão sujeitas a várias formas de violência que se interseccionam. O conceito de interseccionalidade propõe que essas categorias de opressão, como a raça, classe, gênero, sexualidade, entre outras se entrecruzam ou interrelacionam-se, de modo que a interseccionalidade pode ser entendida como uma ferramenta de análise da experiência das pessoas frente às diversas categorias de opressão (COLLINS, 2020).

O machismo cotidiano, fruto de uma estrutura social patriarcal, afeta diretamente essas mulheres no convívio com seus parceiros e outros homens da comunidade. Para Saffioti (1987) o patriarcado é um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista, como também se trata de um sistema de exploração, modelado economicamente pelo sistema capitalista. Já o racismo, se expressa tanto na relação das mulheres quilombolas com grupos não quilombolas, quanto no nível institucional.

A violência institucional, envolve os próprios serviços públicos, seja por ação ou omissão, podendo incluir o precário acesso à saúde, a falta de qualidade de atendimento, abusos por questão de poder, desqualificação do saber prático e da experiência pelo saber científico, negligência e afins (GROSSI; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2018). Como exemplo dessa violência institucional, podemos destacar a falta de acesso às políticas públicas. Maria Rosalina, membra do CONAQ (Coordenação Nacional de Comunidades Quilombolas) relata:

As questões mais graves que nós, mulheres, enfrentamos são as faltas de acesso às políticas públicas: terra, educação, saneamento básico, saúde, transporte, água, cultura, segurança para as mulheres. As políticas públicas não chegam aos quilombos como são colocadas no papel e, quando chegam, nós não nos reconhecemos dentro delas. Por exemplo, na educação, as escolas não incluem nos seus currículos nossas histórias, nossas manifestações, nós não nos enxergamos [...]. (Maria Rosalina, ONU Mulheres, 2017).

Tal cenário impõe grandes desafios, principalmente se pensarmos no acesso muitas vezes limitado a essas comunidades, o que dificulta as denúncias de mulheres em situação de violência. Nesse caso, o pouco acesso a políticas públicas, a falta de transporte, ou o limitado apoio a essas comunidades se torna evidente. (GROSSI; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

Apesar de toda a opressão experienciada, as mulheres quilombolas são uma resistência histórica pelos seus territórios e seus direitos comunitários, contra a lógica capitalista e as demais opressões a que estão submetidas, sejam elas de raça, gênero ou classe. Segundo Miranda e Rodrigues (2020, p. 1880-1881):

As mulheres quilombolas resistem e lutam contra o Capital no fazer-se coletivo, na busca pela produção da vida, enquanto valor de uso, posto que suas lutas, embora diferentes das lutas de “outros” coletivos femininos, têm se configurado, a seus modos, como luta anticapitalista, pois defendem no cotidiano de suas comunidades o direito a ter direito, à terra, ao trabalho, educação, saúde; enfim, lutam pelo direito de produzir a vida, pelo que lhes é comum, tendo como base os saberes coletivos dos mutirões [...]

Destarte, fica nítido que a mulher quilombola em sua existência já é por si só uma forma de resistência histórica, defendendo o território e os direitos coletivos que lhes são básicos. Além disso, a experiência das mulheres quilombolas é perpassada por uma série de opressões, contra as quais precisa lutar. Dessa forma, como aponta Grossi, Oliveira e Oliveira (2018) no estudo intitulado “*Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração*”, mesmo experienciando tantos tipos de opressão, a luta cotidiana contra essas opressões e formas de resistência coletiva feminina foram observadas.

3. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter qualitativo. De acordo com Godoy (1995), a pesquisa qualitativa é flexível, ou seja, não é rigidamente estruturada. Esse tipo de pesquisa considera que um fenômeno pode ser melhor estudado em seu contexto, investigando, por exemplo, como as pessoas

percebem esse fenômeno. Podem ocorrer entrevistas, análise de documentos, estudos de casos, entre outras formas.

O presente estudo define-se como descritivo e exploratório. De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo alcançar maior conhecimento sobre um problema de pesquisa, já a descritiva tem o objetivo de descrever um fenômeno de forma objetiva, ampliando a compreensão sobre determinado tema. Ainda de acordo com Gil, a pesquisa exploratória é bastante flexível, uma vez que busca abarcar vários aspectos do tema estudado, assim, geralmente envolve revisão bibliográfica, entrevistas, entre outras possibilidades para conhecimento acerca do tema.

A pesquisa bibliográfica, delineamento proposto neste trabalho, costuma ser de caráter exploratório, o que proporciona uma visão geral sobre o estado da arte sobre o tema pesquisado. A pesquisa bibliográfica é aquela elaborada a partir de trabalhos já existentes, ou seja, artigos científicos, livros, entre outros. A revisão bibliográfica costuma ser um dos passos de uma pesquisa, mas existem pesquisas que são exclusivamente bibliográficas (GIL, 2002). Para Gil, a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de que se pode abarcar uma série de informações, que seriam impossíveis serem pesquisadas diretamente, principalmente quando se busca por dados nacionais ou até mesmo internacionais.

A população do estudo foi composta pela literatura encontrada nas ferramentas de pesquisa: Google Acadêmico, Scielo (Scientific Eletronic Library Online), Periódicos da CAPES, Periódicos UNIR (Universidade federal de Rondônia), Periódicos UFPA (Universidade Federal do Pará), Periódicos UFAC (Universidade federal do Acre), Periódicos UFT (Universidade Federal do Tocantins), Periódicos UFAM (Universidade Federal do Amazonas), Periódicos UFRR (Universidade Federal de Roraima) entre 2015 a 2020 que se relacione ao tema de interesse da pesquisa.

Foram usadas as seguintes palavras-chave para as buscas: Mulheres quilombolas, Amazônia, atuação política.

Foram incluídos apenas os artigos publicados entre 2015 e 2020, em língua portuguesa, que tenham relação com o tema das mulheres quilombolas da Amazônia e sua articulação e papéis políticos. Os artigos que não se enquadraram nos requisitos foram excluídos. A seleção da amostra da pesquisa, foi realizada a partir de uma leitura meticulosa de artigos, teses e dissertações encontrados nas bases de dados pesquisadas, sendo selecionados apenas os trabalhos que atenderam os critérios de inclusão definidos pelo estudo.

Após a leitura integral da bibliografia coletada, os artigos foram analisados por meio da análise de conteúdo, sendo compiladas as principais informações encontradas. A análise de conteúdo, segundo Bardin (2010), é uma série de ferramentas para a análise de diversos meios de comunicação, que por meio da mensagem coletada, visa obter aspectos qualitativos, quantitativos ou ambos, que estão imbricados no processo de produção da mensagem. Utilizou-se como referência as fases da AC apresentado por Bardin (2010): a) organização da análise; b) codificação; c) categorização; d) tratamento dos resultados, inferência e a interpretação dos resultados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram revisados ao todo 07 artigos, todos sobre a atuação política e organização coletiva das mulheres quilombolas da Amazônia. Dentre as pesquisas encontradas, Bargas e Cal (2017), em estudo qualitativo documental, analisaram as formas de mobilização do movimento quilombola em diferentes comunidades do Pará, observando as ações em que as mulheres estavam inseridas e também analisando relatórios de assembleias e reuniões do movimento. Observou-se que as mulheres têm papel ativo, participando de associações, encontros estaduais e também estão presentes nos espaços de tomada de decisão do movimento quilombola. As autoras destacam que houve uma mudança nos papéis femininos na luta por reconhecimento, passaram das responsabilidades unicamente domésticas/comunitárias para ocupar papéis de liderança política também, fortalecendo uma rede de solidariedade e empoderamento coletivo das mulheres do movimento.

Outro estudo envolvendo uma comunidade quilombola paraense intitulado “*Mulheres quilombolas: protagonismo, identidade, território e territorialidade das mulheres negras em São Miguel do Guamá/Pará*” (GUEDES E SALGADO, 2020), desenvolveu-se na comunidade quilombola Santa Rita de Barreira, no município de Guamá (PA). O trabalho foi orientado metodologicamente, por meio da história oral, com a realização de entrevistas com algumas mulheres da comunidade.

As pesquisadoras observam que, historicamente, as mulheres quilombolas da Amazônia se mostram protagonistas de sua história ao resistirem às opressões e ao lutarem pelos seus territórios, pelo uso comum da terra, por políticas públicas e acesso aos recursos naturais dos territórios que habitam. As entrevistas em Santa Rita de Barreira mostram a gama variada de trabalho desempenhados pelas mulheres, um trabalho que lhes foi ensinado pelas suas mães, avós, que foi passado de geração para geração e ainda se faz presente, fazendo parte da sua identidade. A fala da Liderança quilombola Maria Rosalina, para Onu Mulheres, denota a multiplicidade do fazer das mulheres:

É uma herança histórica que vem desde nossos antepassados, Palmares foi organizado não por Zumbi, mas por Acotirene, líder religiosa. Com a saída dos homens para trabalhar, as mulheres têm que assumir as comunidades, suas tradições e manifestações culturais, também no roçado e na criação dos filhos e filhas. As mulheres quilombolas são as detentoras dos saberes tradicionais, das rezas, da medicina natural e comidas típicas. Foram e são importantes na organização social, produtiva e de estratégias de resistência. (Maria Rosalina, ONU Mulheres, 2017).

Assim, as mulheres desempenham diversas atividades, seja na roça (mutirões) e também como benzedoras, curandeiras, artesãs, e também como lideranças políticas, nas associações e coletivos. O coletivo ou associação criada pelas mulheres da comunidade, se caracteriza por um espaço de organização político-econômica e cultural. São debatidos os mais variados temas relacionados à saúde, educação e direitos, além de realizarem parcerias com outras comunidades quilombolas e instituições que propiciam a capacitação das mulheres em várias áreas.

Corroborando com os achados, o documentário *“DANDARAS - a força da mulher quilombola”* é um retrato fiel da luta das mulheres quilombolas em sua organização política, em que lideranças de várias comunidades quilombolas de Minas Gerais são convidadas a contarem como chegaram aos seus papéis políticos e como se dá esse trabalho, com todas as suas dificuldades na reivindicação do direito ao território e a identidade quilombola. Essas mulheres relataram carregar consigo a influência de suas ancestrais, mães e avós, bisavós, que antes delas, lutaram, à sua maneira, e que as inspiraram e as incentivaram a lutar por seus direitos (DANDARAS, 2015).

A pesquisa de Pereira e Rodrigues (2020) cujo enfoque é o trabalho coletivo das mulheres quilombolas de São Benedito do Vizeu, no estado do Pará, traz uma discussão sobre a construção da identidade da mulher quilombola no trabalho coletivo dos mutirões. A metodologia usada foi o materialismo histórico e dialético, método marxista de análise, que tem como objetivo a análise das condições materiais da vida, por meio de uma perspectiva histórica. O discurso das mulheres entrevistadas demonstra a construção da identidade da mulher quilombola por meio do fazer coletivo dos mutirões e do saber que estas receberam de seus antepassados. Além disso, o fazer coletivo dos mutirões expressa uma forma antagônica ao modo de produção capitalista, não havendo a exploração do trabalho de uns por outros, mas sim de um fazer coletivo com um objetivo comum.

Silvia Federici (2019a) caracteriza esse fazer coletivo como “os comuns”. Estes se caracterizam pela divisão social do trabalho, uma divisão cooperativa, que subverte a divisão sexual do trabalho e a lógica do capital, baseado na mercadoria e na venda da força de trabalho. Os comuns, segundo a autora, estão presentes no fazer das mulheres indígenas da América Latina, e como observamos está também presente no fazer quilombola. A divisão sexual do trabalho é observada no que se compreende,

socialmente, como “trabalho de mulher”, sendo este o trabalho doméstico e de cuidado, e o “trabalho de homem”, sendo todo aquele trabalho produtivo, fora do âmbito doméstico (SOUSA E GUEDES, 2016).

Do mesmo modo, o artigo de Miranda e Rodrigues (2020), intitulado “*Outros*” coletivos femininos: *Lutas e Resistências que formam mulheres quilombolas na Amazônia*”, usando o método de análise materialista histórico-dialético, analisou as entrevistas semiestruturadas de quatro (04) mulheres e três (03) homens da comunidade quilombola Tambaí-Açu, no município de Mocajuba/PA. Apontam que as mulheres quilombolas de Tambaí-Açu desempenham papéis políticos, debatendo questões de raça, classe e gênero em coletivo e se impõem frente ao capital ao negarem o “trabalho para o outro” ou seja, o trabalho assalariado, diferente do trabalho colaborativo dos mutirões. Desse modo, suas lutas, como colocam os autores, tratam-se de “outros” modos de embate ao capital, diferente das lutas clássicas nas fábricas ou lutas urbanas por exemplo, dadas as especificidades da luta quilombola com o território sendo central e sendo essas mulheres negras e camponesas. O estudo indica uma gama variada de ações políticas coletivas das mulheres; passando pelo trabalho coletivo dos mutirões e o reconhecimento deste trabalho como um trabalho de embate ao capital, e também de inserção das mulheres em Comunidades de Base Cristã; associações femininas, como o “Filhas da Resistência” (Quilombo Tambaí-Açu/PA); coletivos outros e Associações de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais.

Rodrigues, Rocha e Aguiar (2016) em pesquisa intitulada “*Caminhos para a autodeclaração: a luta por reconhecimento de mulheres quilombolas de Santa Tereza do Matupiri, na fronteira Amazonas-Pará*”, por meio de entrevistas com três mulheres, lideranças sociais na comunidade de Santa Tereza do Matupiri, comunidade quilombola localizada acerca do município de Barreirinhas (AM), observou-se o processo de luta da comunidade, com destaque para o fazer político das mulheres quilombolas pelo reconhecimento do território como espaço tradicional quilombola.

O processo de reconhecimento identitário dessa comunidade se fez por meio de um processo de resgate da memória ancestral, contada pelos anciãos da comunidade e comunidades do entorno. Este processo de resgate da memória foi crucial para a autoidentificação e empoderamento coletivo das mulheres para lutar por reconhecimento tanto do território quanto da identidade quilombola. A partir disso, foi então criada a Federação das Mulheres Quilombolas de Barreirinha, instituição de organização política das mulheres na luta por direitos e reconhecimento em meio a realidade amazônica, de constante conflito entre comunidades tradicionais e latifundiários, grileiros e garimpeiros. Como demonstra Furtado, Pedroza e Alves (2014) muitas comunidades quilombolas,

mesmo detendo documentos que comprovam a posse da terra, sofrem com a constante invasão e expropriação de suas terras por parte de fazendeiros e grileiros. Isso se dá porque o registro de posse não garante a posse formal e definitiva do território.

Silva e Rocha (2016) em trabalho intitulado “*Das memórias negras na Amazônia: resistência e luta quilombola no Andirá, Barreirinha-Am, Brasil*”. Trata-se de um trabalho amplo, realizado em seis (06) comunidades quilombolas acerca do rio Andirá. Como método de análise foi utilizado a história oral. O artigo faz um apanhado histórico muito importante acerca do apagamento da história negra na Amazônia, passando pela história dos quilombos do Andirá até o resgate das memórias dos habitantes por meio das entrevistas.

A memória resgatada traz à tona a importância de algumas mulheres, que ficaram conhecidas pela sua atuação e luta pelo reconhecimento do território, dentre elas, dona Tereza, mulher importante na formação da comunidade. As memórias sobre dona Tereza dão vazão para outras memórias da atuação de mulheres que foram inspiradas por ela. Assim, os autores destacam que “as filhas do Andirá constroem sua história na memória étnica e na identidade quilombola politizada”.

Munduruku (2018), sobre a memória para as comunidades tradicionais, diz:

A Memória é um vínculo com o passado sem abrir mão do que se vive no presente. É ela quem nos coloca em conexão profunda com o que nossos povos chamam Tradição. Fique claro, no entanto, que Tradição não é algo estanque, mas dinâmico, capaz de nos obrigar a ser criativos e a oferecer respostas adequadas às situações presentes. Ela, a Memória, é quem comanda a resistência, pois nos lembra que não temos o direito de desistir – caso contrário, não estaremos fazendo jus ao sacrifício de nossos primeiros pais. (MUNDURUKU, 2018, p. 01).

Assim sendo, a memória para as mulheres quilombolas é um lembrete constante da luta ancestral, que as inspira e empodera para as lutas do presente.

Como visto, o apagamento das memórias do povo negro e da presença destes na história é uma problemática em uma sociedade estruturalmente racista. Sobre isso, Missiatto (2021) afirma que o esquecimento dos saberes e das memórias do povo negro não decorre de processos naturais, como a passagem do tempo, mas sim se dá de forma programada, executada pela elite colonial, que desde a colonização do Brasil, se esforçam para apagar a identidade do povo negro. O autor ainda afirma que mesmo que a ação de apagamento dos saberes afro-brasileiros seja antiga e persistente, o povo negro se mostra combatente, reivindicando sua identidade e sua presença na história, e com isso, não permitindo que os projetos coloniais de esquecimento obtenham sucesso. Isso se mostra notório na experiência das mulheres quilombolas, que apesar da histórica negação do direito ao território, à

identidade e o apagamento desta na história do Brasil e da Amazônia, o povo negro sempre se mostrou resistente a esses projetos, resistência notória na formação dos quilombos dentro do sistema escravagista, e ainda hoje, na luta pelo direito ao território e demais lutas dentro do sistema capitalista.

Pontes e Steward (2019) em pesquisa participante descritiva/explicativa “*Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri*”, com a participação e entrevista de 25 mulheres da comunidade, fazem uma discussão com enfoque especial no gênero, observando a invisibilidade da pluriatividade das mulheres com relação ao trabalho, ignorando as atividades que estas desempenham para além do trabalho reprodutivo, havendo o preterimento dos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres no âmbito comunitário, religioso ou político nos coletivos femininos. Os autores concluem que apesar do machismo enfrentado pelas mulheres, elas se organizam, sendo a pluriatividade um motor do empoderamento coletivo destas, fazendo que gradualmente estas passem a desempenhar papéis para além do campo reprodutivo, mas também no produtivo e no político.

Silvia Federici (2019b) teoriza sobre o trabalho reprodutivo, sendo este todo o trabalho desempenhado pelas mulheres no âmbito doméstico, e aquele trabalho de cuidado; a criação e cuidado dos filhos, o cuidado com os mais velhos, o cozinhar, ou limpar. Segundo ela, todo esse trabalho não pago e invisível foi imposto e atribuído às mulheres como parte de sua natureza. A autora ainda argumenta que o trabalho de reprodução relegado às mulheres é muito importante para o capitalismo patriarcal, que o naturaliza, não reconhecendo como trabalho que poderia ser pago, se aproveitando disso para a reprodução do sistema. Já a pluriatividade, observada na pesquisa citada, é uma forma de gestão do trabalho que inclui o trabalho agrícola, mas não como o principal ou mais importante, mas sim em coexistência com outras atividades importantes para a reprodução de determinada unidade reprodutiva (SCHNEIDER, 2003).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o exposto, fica evidente que as mulheres quilombolas da região amazônica desempenham fazeres políticos orientados pela sua identidade territorial amazônica, enquanto mulheres negras camponesas atravessadas pelas opressões de gênero, raça e classe e ainda pelas lutas quilombolas pelo território, no embate com o latifúndio, o grileiro e garimpeiros, com o racismo e negligência institucional que se mostra através da falta de políticas públicas e a falta de reconhecimento da identidade e do território. Apesar de tudo isso, as mulheres quilombolas, atentas a essas problemáticas, se organizam em coletivos femininos, associações quilombolas e de trabalhadores rurais, entre outros espaços coletivos, e assim, reivindicam-se como mulheres de luta.

Destaca-se que a maioria dos trabalhos encontrados foram desenvolvidos no estado do Pará, indicando uma construção política forte em torno do tema e da luta das mulheres quilombolas no estado. Por outro lado, faltam estudos sobre o tema nos outros estados da região norte, especialmente o estado de Rondônia, revelando uma lacuna, uma área de pesquisa que revele o fazer das mulheres quilombolas do estado.

Ademais, reforça-se a importância dos Psicólogos e Psicólogas amazônicos de estarem atentos à realidade e problemáticas amazônicas, bem como estarem comprometidos com as populações oprimidas e invisibilizadas na região, como é o caso das populações negras, que como sabemos, sofrem com o apagamento histórico na região. Portanto, como nos orienta o Psicólogo Salvadorenho Martín-Baró (1997) é tarefa do psicólogo assumir a perspectiva das maiorias populares, reconhecendo os problemas enfrentados pelos povos latino-americanos, e portanto, amazônicos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BATISTA, Eraldo Carlos; ROCHA, Katia Bones. Sentidos e Práticas em Saúde Mental em Comunidades Quilombolas no Estado de Rondônia. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe, e222123, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000500306&lng=en&nrm=iso. access on 16 Aug. 2020. Epub Aug 15, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003222123>
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.
- BARGAS, Janine.; CAL, Danila Gentil Rodriguez. Entre lutas por reconhecimento e relações de poder: o papel das mulheres na organização sociopolítica do movimento quilombola no Pará, Brasil. *In: Congresso latinoamericano de ciência política*, 9., 2017, Montevideo. **Anais eletrônicos** [...] Disponível em: <https://www.congressoalacip2017.org/simposio/anaiscomplementares>. Acesso em: 20 set. 2021.
- CRUZ, Tereza Almeida. **Um estudo comparado das relações ambientais de mulheres da floresta do Vale do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola)**. 2012. 367 f. Tese (Doutorado) -Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96390>. Acesso em: 20 set. 2021.
- COSTA, Eliane Silva; SCARCELLI. Ianni Regia. Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. **Psicologia USP** [online]. 2016, v. 27, n. 02, pp. 357-366. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-656420130051>. Acesso em: 25 maio 2021.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DANDARAS - A força da mulher quilombola. Direção de Ana Carolina Fernandes. Produção de Ana Carolina Fernandes. Roteiro: Ana Carolina Fernandes. [S.I]: Independente, 2015. (30 min.), color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RSW3uEfk4QU>. Acesso em: 05 out. 2021.

FERNANDES, Saulo Luders; SANTOS, Alessandro de Oliveira dos. Itinerários Terapêuticos e Formas de Cuidado em um Quilombo do Agreste Alagoano. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, n. spe, e222592, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000500308&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 ago. 2020.

FUNES, Eurípedes. A. Nasci nas matas nunca tive senhor - histórias e memórias dos mocambos do baixo Amazonas. Resgate: **Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 6, n. 1, p. 137-142, 2006. DOI: <https://doi.org/10.20396/resgate.v6i1.8645536>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645536>. Acesso em: 23 mar. 2021.

FERNANDES, Saulo Luders; GALINDO, Dolores Cristina Gomes; VALENCIA, Liliana Parra. identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 25, e45031, 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722020000100222&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 15 ago. 2020. Epub 19-Jun-2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.45031>

FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 424 p.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA; Regina Lúcia Sucupira e ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2014, v. 26, n. 1 [Acessado 13 Novembro 2021], pp. 106-115. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100012>. Epub 06 Maio 2014.

FEDERICI, Sílvia. **Re-enchanting the World: Feminism and the Politics of the Commons**. PM Press, 2019a.

FEDERICI, Sílvia. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019b.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje – Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. São Paulo: Anpocs, 1984. p. 223-244.

GONZALEZ, Lélia, A mulher negra no Brasil, 1995. In: RIOS, Flávia; LIMA, Marcia (org.). **Por um feminismo afro latino americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 360p.

GROSSI, Patricia K; OLIVEIRA, Simone B; OLIVEIRA, Jairo L. Mulheres quilombolas, violência e as interseccionalidades de gênero, etnia, classe social e geração. **Revista de Políticas Públicas**. 2018.

Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9825/5781>. Acesso em: 30 set. 2022.

GROSSI, Patricia K; OLIVEIRA, Simone B; OLIVEIRA, Jairo L. Comunidades Quilombolas, O acesso às políticas públicas e a dimensão de gênero. **Anais do II SIPINF**, Porto Alegre: EDIPUCRS. PUCRS, 22 e 23 de outubro de 2015. Disponível em: http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9462/2/Comunidades_Quilo. Acesso em: 30 set. 2022.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa**: tipos fundamentais. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, June 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso. access on 30 Sept. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 20 set. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 9-371.

GUEDES, Ana Célia Barbosa; SALGADO, Mayany Soares. Mulheres quilombolas: protagonismo, identidade, território e territorialidade das mulheres negras em São Miguel do Guamá/Pará. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, v. 14, n. 28, p. 328-354, out. 2020. ISSN 1981-2434. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/12239>. Acesso em: 20 out. 2021. DOI: <https://doi.org/10.30612/rehr.v14i28.12239>

LANE, Sílvia. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia, 1984. in Lane, Sílvia T. M.; CODO, Wanderley; e outros, **Psicologia Social: o homem em movimento**, 5a ed. São Paulo Brasiliense, 1987. 10- 19.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. **Acción e Ideología**: Psicología Social desde Centroamérica. 2012, San Salvador, El Salvador: UCA.

MARTÍN-BARÓ, Ignácio. O papel do Psicólogo. **Estudos de Psicologia** (Natal) [online]. 1997, v. 2, n. 1 [Acessado 22 Outubro 2021] , pp. 7-27. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002> . Epub 16 Maio 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002> .

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo, Editora Ática, 1988.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1992. 85 p.

MOURA, Clóvis. **Quilombos**: resistência ao escravismo. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993. 96 p.

MUNDURUKU, Daniel. **Tecendo a memória**. 2018. Disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/tecendo-a-memoria>. Acesso em: 10 nov. 2021.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. Memoricídio das populações negras no Brasil: atuação das políticas coloniais do esquecimento. **Revista Memória em Rede**, [S.L.], v. 13, n. 24, p. 252-273, 15 jan. 2021.

MIRANDA, Ellen Rodrigues da Silva; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. “Outros” coletivos femininos: Lutas e Resistências que formam mulheres quilombolas na Amazônia. **Revista Diálogo Educacional**, [S.L.], v. 20, n. 67, nov. 2020. ISSN 1981-416X. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/27437>. Acesso em: 23 mar. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.7213/1981-416X.20.067.DS16>.

ONU MULHERES. **Mulheres quilombolas: liderança e resistência para combater a invisibilidade**, 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheres-quilombolas-lideranca-e-resistencia-para-combater-a-invisibilidade/>. Acesso em: 19 de set. 2021.

PASSOS, Rachel Gouveia. “Crimes da Paz”, 2020. In: MAGNO, Patricia; PASSOS, Rachel (Org). **Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. – 272 p. Disponível em: <http://cejur.rj.def.br/uploads/arquivos/f69bf38dcc31430e90ae368657f66a6f.pdf>. Acesso em: 20. set. 2021.

PONTES, Maria Cristina Cordeiro Lopes; STEWARD, Angela May. Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de Moju-Miri. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 186-207, maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturfamiliar/article/view/8715>. Acesso em: 22 out. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/raf.v13i2.8715>

PEREIRA, Eder Jacson Dias; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. O trabalho coletivo e a identidade de resistência de mulheres quilombolas nos mutirões. In: DOMINGUES, Andrea Silva; PINTO, Benedita Celeste de Moraes; RODRIGUES, Doriedson do Socorro (org.). **Práticas discursivas: educação, linguagem e(m) discurso**. Campinas: Labour, 2020. p. 06-178. Disponível em: <https://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/866>. Acesso em: 19 set. 2021.

RODRIGUES, R. A.; ROCHA, J. M. DA; AGUIAR, J. V. DE S. Caminhos para a autodeclaração: a luta por reconhecimento de mulheres quilombolas de Santa Tereza do Matupiri, na fronteira Amazonas-Pará. **Revista História & Perspectivas**, v. 29, n. 54, 2 ago. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35389>. Acesso em: 19 set. 2021.

SAMPAIO, Adriana Cardoso; PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Mulheres Griôs quilombolas: um estudo inicial sobre identidade de gênero e identidade étnica. Pontos de Interrogação: **Revista de Crítica Cultural**, v. 5, n. 2, p. 55-70, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/2165>.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados** [online]. 2016, v. 30, n. 87, pp. 123-139. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>. Acesso em: 30 out. 2021.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2130>. Acesso em: 06 abr. 2018.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, p. 99-121, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2018

SILVA, Júlio Cláudio da; ROCHA, João Marinho da. Das memórias negras na Amazônia: resistência e luta quilombola no andará, barreirinha-am, brasil. **África(S)**, Alagoinhas, v. 6, n. 3, p. 131-143, jul. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/africas/article/view/4055>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. spe, p. 172-185, 2017 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932017000500172&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

Data de submissão: 15/02/2022

Data de aprovação: 03/08/2022